



# GOLDMAN SACHS DO BRASIL C.T.V.M. S.A.

Rua Leopoldo Couto de Magalhães Jr., nº 700, 16º andar - parte e 18º andar - parte, CEP: 04542-000  
CNPJ 09.605.581/0001-60

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - Em R\$ mil

### Apresentação

Em cumprimento às determinações legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras da Goldman Sachs do Brasil Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Corretora") para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014. As práticas contábeis adotadas para a contabilização das operações e para a elaboração das demonstrações financeiras emanam da Lei das Sociedades por Ações, conforme alterada, associadas às normas do Banco Central do Brasil ("BACEN"), consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional ("COSIF").

### Destques

#### Resultado do Exercício antes da Destinação dos Lucros

No exercício findo em 31 de dezembro de 2014, a Corretora registrou Lucro Líquido no valor de R\$ 3,8 bilhões, correspondente a R\$ 0,02 por ação e rentabilidade anualizada sobre o Patrimônio Líquido final de 2,17%.

#### Ranking BM&FBOVESPA

Com relação ao volume financeiro de operações, a Corretora ficou em 10º e 20º lugares nos rankings do mercado à vista de ações e de futuros, respectivamente, considerando o volume anual negociado de janeiro a dezembro de 2014.

#### Limite de Basileia - Patrimônio de Referência Exigido

A Corretora adota a apuração dos limites operacionais e de Basileia tomando-se como base os dados consolidados do Conglomerado Financeiro, formado pelo Goldman Sachs do Brasil Banco Múltiplo S.A. ("Banco"), líder do Conglomerado Financeiro, e pela Corretora, de acordo com as diretrizes do Banco Central do Brasil.

O índice de Basileia é monitorado diariamente e representa um importante indicador do montante de capital alocado compatível em função do grau de risco da estrutura de seus ativos.

Em 31 de dezembro de 2014, o índice de Basileia do Conglomerado Financeiro, apurado de acordo com a regulamentação em vigor, é de 17,17%, superior, portanto, ao índice mínimo de 11% exigido pela regulamentação do BACEN.

Em março de 2013, o BACEN divulgou um conjunto de quatro resoluções e quinze circulares que implantam no Brasil as recomendações do Comitê de Supervisão Bancária de Basileia, relativas à estrutura de capital de instituições financeiras. Conhecidas em seu conjunto por Basileia III, as novas regras buscam aperfeiçoar a capacidade das instituições financeiras de absorver choques e prevenir problemas financeiros.

A implantação, no Brasil, da nova estrutura de capital iniciou-se em 1º de outubro de 2013 e segue o cronograma internacional acordado até a conclusão do processo, em 1º de janeiro de 2022.

#### GESTÃO DE RISCOS

Acreditamos que gerenciar o risco de maneira eficaz é essencial para o sucesso do grupo Goldman Sachs. Dessa forma, contamos com processos de gestão de risco abrangentes, através dos quais podemos monitorar, avaliar e administrar os riscos associados a nossas atividades. Estes processos incluem a gestão da exposição ao risco de mercado, de crédito, de liquidez, operacional, legal, regulatório e reputacional. Desenvolvemos nossa estrutura de gestão de risco com base em três componentes essenciais: governança, processos e pessoas.

O Conglomerado Financeiro é parte integrante da estrutura de gerenciamento de riscos do grupo Goldman Sachs e, conforme determinado pelas Resoluções do Conselho Monetário Nacional (CMN) nº 4.090/12, nº 3.380/06, nº 3.464/07 e nº 3.721/09, foram implementadas localmente as políticas e estrutura de Gestão de Riscos de Liquidez, Operacional, de Mercado e de Crédito, respectivamente.

#### OUVIDORIA

Em cumprimento à Resolução CMN nº 3.849/10, que dispõe sobre a instituição de componente organizacional de Ouvidoria, informamos que não há registros de qualquer demanda ou reclamação no exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

#### ENDEREÇO ELETRÔNICO

Em conformidade com a Circular nº 3.678/13 do BACEN as informações referentes à gestão de riscos, à apuração do montante dos ativos ponderados pelo risco (RWA) e à apuração do Patrimônio de Referência (PR) estão disponíveis no site:

<http://www.goldmansachs.com/worldwide/brazil/regulatory-disclosures/gestao-de-risco.html>.

#### Ouvidoria Goldman Sachs Brasil:

0800 727 5764 e/ou [ouvidoria@goldmansachs.com](mailto:ouvidoria@goldmansachs.com).

#### Horário de funcionamento:

Segunda-feira a sexta-feira (exceto feriados), das 9h às 18h.

São Paulo, 26 de fevereiro de 2015.

## BALANÇO PATRIMONIAL - EM 31 DE DEZEMBRO - Em R\$ mil

Ativo	2014	2013	Passivo e Patrimônio líquido	2014	2013
<b>Circulante</b>	<b>278.081</b>	<b>280.905</b>	<b>Circulante</b>	<b>109.808</b>	<b>116.158</b>
Disponibilidades	1.426	759	Outras obrigações	109.808	116.158
Aplicações interfinanceiras de liquidez	202.513	201.365	Fiscais e previdenciárias (nota 11 (a))	4.234	2.240
Aplicações no mercado aberto (nota 7 (a))	29.313	43.916	Negociação e intermediação de valores (nota 9)	40.165	49.074
Aplicações em depósitos interfinanceiros (nota 7 (b))	173.200	157.449	Diversas (nota 11 (b))	65.409	64.844
<b>Títulos e valores mobiliários (nota 8)</b>	<b>12.519</b>	<b>11.230</b>	<b>Patrimônio líquido</b>	<b>174.184</b>	<b>170.397</b>
Carteira própria	1.667	293	Capital social	176.000	176.000
Vinculados à prestação de garantias	10.852	10.937	De domiciliados no país (nota 13 (a))	176.000	176.000
<b>Outros créditos</b>	<b>61.556</b>	<b>67.459</b>	Reserva de capital (nota 13 (c))	—	—
Rendas a receber	7	7	Prejuízos acumulados	(1.816)	(5.603)
Negociação e intermediação de valores (nota 9)	40.915	49.875			
Diversos (nota 10)	20.634	17.577			
<b>Outros valores e bens</b>	<b>67</b>	<b>92</b>			
Despesas antecipadas	67	92			
<b>Realizável a longo prazo</b>	<b>5.248</b>	<b>4.588</b>			
<b>Outros créditos</b>	<b>5.248</b>	<b>4.588</b>			
Diversos (nota 10)	5.248	4.588			
<b>Permanente</b>	<b>663</b>	<b>1.062</b>			
<b>Imobilizado de uso</b>	<b>663</b>	<b>1.062</b>			
Outras imobilizações de uso	2.080	2.004			
(-) Depreciações acumuladas	(1.417)	(942)			
<b>Total do Ativo</b>	<b>283.992</b>	<b>286.555</b>	<b>Total do Passivo e Patrimônio líquido</b>	<b>283.992</b>	<b>286.555</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

## DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO EM 31 DE DEZEMBRO - Em R\$ mil

	2º Semestre	2014	2013
<b>Receitas da intermediação financeira</b>	<b>11.387</b>	<b>20.980</b>	<b>12.312</b>
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	11.387	20.980	12.312
<b>Outras receitas (despesas) operacionais</b>	<b>(2.704)</b>	<b>(9.040)</b>	<b>(4.186)</b>
Receitas de prestação de serviços (nota 16 (b))	65.259	119.328	123.454
Despesas de pessoal (nota 16 (c))	(35.372)	(76.008)	(77.670)
Despesas administrativas (nota 16 (d))	(21.236)	(40.056)	(37.800)
Despesas tributárias (nota 16 (e))	(4.521)	(8.314)	(8.181)
Outras receitas operacionais (nota 16 (f))	1.564	5.547	2.069
Outras despesas operacionais (nota 16 (f))	(8.398)	(9.537)	(6.058)
<b>Resultado operacional</b>	<b>8.683</b>	<b>11.940</b>	<b>8.124</b>
<b>Resultado não operacional</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>(2)</b>
<b>Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações</b>	<b>8.683</b>	<b>11.940</b>	<b>8.124</b>
<b>Imposto de renda e contribuição social (nota 12)</b>	<b>(4.244)</b>	<b>(8.153)</b>	<b>(5.936)</b>
Provisão para imposto de renda	(2.648)	(5.087)	(3.701)
Provisão para contribuição social	(1.596)	(3.066)	(2.235)
<b>Lucro líquido do semestre/exercício</b>	<b>4.439</b>	<b>3.787</b>	<b>2.188</b>
<b>Lucro líquido do semestre/exercício por ação (em reais)</b>	<b>0,03</b>	<b>0,02</b>	<b>0,01</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

## DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31 DE DEZEMBRO - Em R\$ mil

	Capital realizado	Reserva de capital	Prejuízos acumulados	Total
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2012</b>	<b>76.000</b>	<b>3.294</b>	<b>(7.792)</b>	<b>71.502</b>
Aumento de capital	100.000	—	—	100.000
Lucro líquido do exercício	—	—	2.188	2.188
Reconhecimento do plano baseado em ações (nota 13 (c))	—	(3.294)	—	(3.294)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2013</b>	<b>176.000</b>	<b>—</b>	<b>(5.603)</b>	<b>170.397</b>
Lucro líquido do exercício	—	—	3.787	3.787
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2014</b>	<b>176.000</b>	<b>—</b>	<b>(1.816)</b>	<b>174.184</b>
<b>Saldos em 30 de junho de 2014</b>	<b>176.000</b>	<b>577</b>	<b>(6.255)</b>	<b>170.322</b>
Lucro líquido do semestre	—	—	4.439	4.439
Reconhecimento do plano baseado em ações (nota 13 (c))	—	(577)	—	(577)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2014</b>	<b>176.000</b>	<b>—</b>	<b>(1.816)</b>	<b>174.184</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

## DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO - Em R\$ mil

	2º Semestre	2014	2013
<b>Atividades operacionais</b>	<b>8.882</b>	<b>12.339</b>	<b>8.560</b>
Lucro líquido do semestre/exercício antes da tributação	8.683	11.940	8.124
<b>Ajustes ao lucro líquido</b>	<b>199</b>	<b>399</b>	<b>436</b>
Depreciações e amortizações	237	475	425
Reversão (constituição) de provisão para perdas	(38)	(76)	12
<b>Variáveis de ativos e obrigações</b>	<b>(7.944)</b>	<b>(26.275)</b>	<b>(141.232)</b>
(Aumento) em aplicações em depósitos interfinanceiros	(8.888)	(15.751)	(157.449)
(Aumento) em títulos e valores mobiliários	(1.654)	(1.289)	(1.185)
Redução em outros créditos	32.881	5.243	197.794
(Aumento)/Redução em outros valores e bens	(50)	25	46
(Redução) em outras obrigações	(30.233)	(14.503)	(180.439)
<b>Caixa originado/(utilizado) nas atividades operacionais</b>	<b>938</b>	<b>(13.936)</b>	<b>(132.672)</b>
<b>Atividades de financiamento</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>100.000</b>
Integração de capital	—	—	100.000
<b>Caixa originado nas atividades de investimento</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>100.000</b>
<b>Aumento/(redução) do caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>938</b>	<b>(13.936)</b>	<b>(32.672)</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre/exercício	29.801	44.675	77.347
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre/exercício	30.739	30.739	44.675
<b>Aumento/(redução) do caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>938</b>	<b>(13.936)</b>	<b>(32.672)</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

## NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 - Em R\$ mil

### 1. CONTEXTO OPERACIONAL

Com o objetivo de complementar as atividades desenvolvidas no Brasil nas áreas de banco de investimento, renda fixa e consultoria financeira (*advisory*), bem como instituir a prestação de serviços de corretagem para clientes locais e clientes institucionais estrangeiros que investem no País, o Grupo Goldman Sachs ("Grupo") constituiu a Goldman Sachs do Brasil Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Corretora" ou "Empresa"), sociedade de capital fechado e subsidiária integral do Goldman Sachs do Brasil Banco Múltiplo S.A. ("Banco").

O Banco, como líder, e a Corretora, sua subsidiária integral, formam o Conglomerado Financeiro Goldman Sachs.

A Corretora é parte integrante do Grupo Goldman Sachs e desde o início das suas atividades vem desenvolvendo plataforma para novos negócios relacionados às atividades financeiras do Grupo no Brasil e no Exterior. As operações são conduzidas no contexto do conjunto das empresas do Grupo, atuando no mercado nacional e internacional de forma integrada, tendo os custos dessa estrutura apropriados em cada unidade de negócio correspondente.

Como ocorre nas operações do Grupo no Brasil, a Corretora conta com todo o suporte de recursos humanos, tecnológicos e de capital para assegurar o nível de serviços prestados aos seus clientes, bem como o atendimento às exigências estabelecidas na legislação vigente, regulamentos e práticas de mercado em vigor.

A Corretora recebeu autorização de funcionamento do Banco Central do Brasil ("BACEN") em 9 de maio de 2008.

Em 16 de dezembro de 2008, a Corretora teve seu pedido de admissão aprovado pelo Conselho de Administração da BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros ("BM&FBOVESPA").

Em 2 de fevereiro de 2009, a Corretora começou a executar ordens no mercado de ações e em 21 de setembro de 2010, passou a executar ordens no mercado de futuros, após obter direito de negociação no segmento BM&F da BM&FBOVESPA.

Em 27 de dezembro de 2012, o Comitê de Certificação do PQO - Programa de Qualificação Operacional da BM&FBOVESPA renovou o selo de Qualificação "Execution Broker" da Corretora para os segmentos Bovespa e BM&F, selo este que qualifica a corretora que possui foco na intermediação profissional de valores mobiliários quanto ao alto padrão de seus serviços.

### 2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas a partir de diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações - Lei nº 6.404/76 e alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e 11.941/09, para a contabilização das operações, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional ("CMN") e do BACEN. O Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC emitiu pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, aprovados pela CVM, porém nem todos foram homologados pelo BACEN. Desta forma a Corretora, conforme aplicável, na elaboração das demonstrações financeiras, adotou os seguintes pronunciamentos já homologados pelo BACEN:

- CPC 01 - Redução ao valor recuperável de ativos - homologado pela Resolução CMN nº 3.566/08.
- CPC 03 - Demonstração do fluxo de caixa - homologado pela Resolução CMN nº 3.604/08.
- CPC 05 - Divulgação de partes relacionadas - homologado pela Resolução CMN nº 3.750/09.
- CPC 10 - Pagamento baseado em ações - homologado pela Resolução CMN nº 3.989/11.
- CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro - homologado pela Resolução CMN nº 4.007/11.
- CPC 24 - Evento subsequente - homologado pela Resolução CMN nº 3.973/11.
- CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes - homologado pela Resolução CMN nº 3.823/09.
- Pronunciamento Conceitual Básico - homologado pela Resolução CMN nº 4.144/12. Na elaboração das demonstrações financeiras foram utilizadas estimativas e premissas na determinação de ativos, passivos, receitas e despesas, de acordo com as práticas vigentes no Brasil. Os resultados efetivos podem ser diferentes das estimativas e premissas adotadas.

### 3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

#### (a) Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento.

#### (b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa estão compostos por saldos em conta-corrente e aplicações interfinanceiras de liquidez cujo vencimento na data da aquisição é igual ou inferior a 90 dias, de conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa e sujeito a risco insignificante de mudança de valor.

#### (c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

São demonstradas pelo valor aplicado acrescido dos rendimentos proporcionais auferidos até a data do balanço.

#### (d) Títulos e valores mobiliários

De acordo com a Circular 3.068/01 do BACEN e regulamentação complementar, os títulos e valores mobiliários estão classificados na categoria "Títulos para negociação" e contabilizados pelo valor de mercado, onde os ganhos e perdas realizados e não realizados sobre esses títulos são reconhecidos no resultado.

#### (e) Saldos de operações em moeda estrangeira

Demonstrados com base na PTAX de fechamento na data do encerramento do exercício. A taxa PTAX corresponde às médias aritméticas das taxas de compra e de venda realizadas diariamente.

#### (f) Permanente

##### Imobilizado de uso

Demonstrado ao custo de aquisição, menos a depreciação acumulada. A depreciação do imobilizado é calculada e registrada com base no método linear, considerando-se as taxas que contemplam a vida útil-econômica do bem.

##### Redução ao valor recuperável de ativos

O CPC 01 (R1) - Redução ao valor recuperável de ativos, aprovado pela Resolução CMN nº 3.566/08, estabelece a necessidade das entidades efetuarem uma análise periódica para verificar o grau de valor recuperável dos ativos imobilizados e intangíveis. Nesse sentido, uma perda é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014, a Administração não identificou nenhuma perda em relação ao valor recuperável de ativos não financeiros a ser reconhecida nas demonstrações financeiras.

##### Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes

Os ativos circulantes são demonstrados ao custo de aquisição acrescidos dos rendimentos e das variações monetárias e cambiais incorridas deduzindo-se, quando aplicável, as correspondentes rendas de realização futura e/ou as provisões para perdas.

Os créditos tributários calculados sobre os saldos de prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias são medidos pela aplicação das alíquotas de 15%, acrescida de adicional de 10% no caso do imposto de renda, e 15% no caso da contribuição social sobre o lucro líquido.

A compensação dos saldos de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social com resultados positivos em exercícios futuros está limitada à 30% do referido lucro se maior que o total de ativo diferido constituído.

Em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, os créditos tributários citados acima não estavam registrados contabilmente, os quais somente serão registrados quando apresentarem efetivas perspectivas de realização e forem atendidos todos os requisitos estabelecidos pelo BACEN para seu reconhecimento contábil.

Os passivos circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, deduzido das correspondentes despesas a apropriar e acrescido dos encargos e variações monetárias (em base "pro rata") e cambiais incorridos até a data de encerramento do balanço.

A provisão para imposto de renda federal foi constituída utilizando a alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro excedente a R\$ 240 no exercício. A provisão para contribuição social foi constituída à alíquota de 15% do lucro tributável.

##### Contingências

As provisões para passivos contingentes de natureza tributária, trabalhista e cível, quando aplicável, são constituídas e reavaliadas periodicamente pela Administração, que leva em consideração, entre outros fatores, as possibilidades de êxito das ações e a opinião de seus consultores jurídicos, bem como, modelos e critérios que permitam a sua mensuração da forma mais adequada possível, apesar das incertezas inerentes ao seu prazo e valor.

As contingências passivas são reconhecidas contabilmente quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aquelas classificadas como perda remota não requerem provisão e divulgação.

##### Plano de incentivo de ações

Os funcionários elegíveis da Corretora participam do Plano de Incentivo de Ações do The Goldman Sachs Group, Inc. através do recebimento de unidades de ações restritas (RSUs). A mensuração das RSUs é baseada no número de ações concedidas multiplicado pelo valor da ação na data da concessão, sendo a despesa auferida refletida no resultado ao longo do período de aquisição de direito (*vesting period*) em contrapartida ao patrimônio líquido, em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 10 - Pagamento Baseado em Ações (nota 15) e, posteriormente reclassificado para rubrica do passivo, "Outras Obrigações - Diversas", em função do acordo de repagamento entre a Corretora e o controlador, The Goldman Sachs Group, Inc.

### 4. GERENCIAMENTO DE CAPITAL

A política de gerenciamento de capital do Conglomerado Financeiro foi criada em conformidade com a Resolução CMN nº 3.988/11 e com a Circular nº 3.547/11 do BACEN. Tais medidas estão alinhadas com as recomendações do Comitê de Basileia para fortalecer o sistema financeiro, incentivar melhores técnicas de gestão e avaliações de risco, assegurar a manutenção de valores apropriados de capital e planejar futuras necessidades de capital.

A política de gerenciamento de capital do Conglomerado Financeiro visa manter o capital adequado em condições normais e de estresse e ter procedimentos e políticas de gestão de risco conservadores e dinâmicos que permitam administrar as posições de liquidez e de capital em qualquer ambiente.

Os fatores que influenciam na revisão da Política de Gerenciamento de Capital incluem, dentre outros:

- Leis, regulamentos e orientações regulatórias pertinentes;
- As avaliações de risco do

\* continuação

## NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 - Em R\$ mil

A carteira do Conglomerado Financeiro Goldman Sachs é mantida com o principal intuito de formar mercado para clientes e para atividades de investimento e crédito. Deste modo, mudanças na carteira baseiam-se nas solicitações de clientes e em oportunidades de investimento. A contabilização das carteiras é realizada a valor de mercado e, portanto, com flutuação diária, conforme normatizado pelas Circulares nº 3.068/01 e nº 3.082/02 do BACEN, e alterações posteriores.

As categorias de risco de mercado incluem:

• **Risco de taxa de juros:** resultante, principalmente, das exposições às mudanças no nível, inclinação e curvatura das curvas de rendimentos, às volatilidades das taxas de juros e *spreads* de crédito.

• **Risco de preço das ações:** decorrente das exposições às mudanças de preços e volatilidades de cada ação, cestas de ações e índices de ações.

• **Risco de taxa de câmbio:** resultante das exposições às mudanças nos preços à vista, preços futuros e volatilidades das taxas de câmbio.

• **Risco de preço de commodities:** decorrente das exposições às mudanças nos preços à vista, preços futuros e volatilidades das mercadorias ("commodities").

A Gestão de Riscos de Mercado, que é independente em relação às unidades que geram receitas, está diretamente subordinada ao diretor de riscos e tem a responsabilidade principal de avaliar, monitorar e gerir riscos de mercado.

O monitoramento e controle dos riscos é efetuado por meio de uma supervisão através de funções independentes de controle e de suporte, que se estendem a todos os negócios globais do Conglomerado Financeiro.

São empregadas diversas métricas de risco para calcular a dimensão das perdas em potencial, tanto para movimentos de mercado suaves como para os mais extremos, dentro de horizontes de curto e longo prazo, como por exemplo:

• As métricas de risco usadas para horizontes de curto prazo incluem VaR (*Value at Risk*) e métricas de sensibilidade.

• Para horizontes de longo prazo, nossas principais métricas de risco são os testes de estresse. Os relatórios de risco incluem detalhes sobre os riscos principais, os impulsionadores e as mudanças para cada mesa de operações e para cada negócio, sendo distribuídos para a alta administração das unidades geradoras de receita e para as áreas de suporte independentes.

## (c) Risco operacional

Risco operacional representa o risco de perda causada por pessoas, sistemas ou resultado de processos internos inadequados ou de eventos externos.

Em linha com os princípios da Resolução CMN nº 3.380/06, e alterações posteriores, a Corretora possui uma estrutura e um normativo institucional de gerenciamento de risco operacional, que são aprovados anualmente pelos seus diretores.

A exposição ao risco operacional deriva de erros de processamento de rotina, bem como incidentes extraordinários, tais como falhas de sistema.

Potenciais hipóteses de eventos de perda, relacionadas ao risco operacional interno e externo, incluem:

- Clientes, produtos e práticas comerciais;
- Execução, entrega e gestão de processos;
- Descontinuidade de negócios e falhas de sistema;
- Gerenciamento de recursos humanos e segurança no trabalho;
- Danos em ativos físicos;
- Fraude interna; e
- Fraude externa.

O Conglomerado Financeiro mantém completa estrutura de controle, projetada para fornecer um ambiente seguro, de forma a minimizar riscos operacionais.

O Comitê Global de Risco Operacional supervisiona o contínuo desenvolvimento e a implementação de estruturas e políticas de risco operacional. O departamento de Gestão de Risco Operacional é uma atividade de gestão de risco independente das unidades geradoras de receita, e é responsável pelo desenvolvimento e implementação de políticas, metodologias e uma estrutura formalizada para a gestão de risco operacional, com o objetivo de minimizar a exposição a esse risco.

## (d) Risco de liquidez

A liquidez tem importância crítica em instituições financeiras. Dessa forma, foram estabelecidas uma série de políticas de liquidez que visam manter a flexibilidade para lidar com eventos de liquidez específicos ao Conglomerado Financeiro, mas também no mercado financeiro como um todo. O objetivo principal é prover recursos para o Conglomerado Financeiro no Brasil e permitir a manutenção dos negócios e geração de receita, até mesmo sob circunstâncias adversas.

O Conglomerado Financeiro observa e atende os termos e solicitações da Resolução CMN nº 4.090/12, em vigor desde 1º de janeiro de 2013.

As informações de maior relevância e os resultados gerados pelos modelos internos de liquidez, incluindo o teste de estresse, são disseminados para grande parte da alta gerência no Brasil e no exterior incluindo o Diretor-Estatutário responsável pelo Risco de Liquidez do Conglomerado Financeiro.

## 6. CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA

Caixa e equivalente de caixa são representados por disponibilidades no montante de R\$ 1.426 (2013 - R\$ 759) e aplicações interfinanceiras de liquidez no mercado aberto de R\$ 29.313 (2013 - R\$ 43.916) (nota 7 (a)).

## 7. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUEZ

### (a) Aplicações no mercado aberto

Em 31 de dezembro de 2014, estavam constituídas, em sua totalidade, por aplicações em operações compromissadas bancadas no valor de R\$ 29.313 (2013 - R\$ 43.916), com vencimento em 2 de janeiro de 2015, lastreadas por Letras do Tesouro Nacional (LTN), cuja contraparte é uma instituição ligada (nota 14(b)).

### (b) Aplicações em depósitos interfinanceiros

Em 31 de dezembro de 2014, estavam constituídas por aplicações em Certificados de Depósitos Interfinanceiros, no valor de R\$ 173.200 (2013 - R\$ 157.449), com vencimento em agosto de 2015 e taxa de 98,5% do CDI.

O valor acima mencionado corresponde em sua totalidade a uma transação na qual a contraparte é uma instituição ligada (nota 14 (b)).

## 8. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

A carteira de títulos e valores mobiliários está classificada conforme os critérios estabelecidos na Circular nº 3.068/01 e regulamentação complementar do BACEN, na categoria "títulos para negociação", sendo composta de Letras Financeiras do Tesouro (LFT).

O valor de mercado dos títulos públicos representa o valor presente dos mesmos, os quais foram calculados com base no fluxo de caixa futuro descontado pelas taxas praticadas no mercado, e o valor de mercado das ações a cotação em bolsa.

O saldo da carteira de títulos e valores mobiliários, bem como sua composição, estão assim demonstrados:

### (a) Composição por classificação e tipo

	2014		2013
	Custo corrigido	Valor de mercado	Valor de mercado
<b>Carteira própria</b>			
Ações de companhias abertas	-	-	293
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	1.667	1.667	-
<b>Vinculados à prestação de garantias na BM&amp;FBovespa</b>			
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	10.853	10.852	10.937
<b>Total</b>	<b>12.520</b>	<b>12.519</b>	<b>11.230</b>

### (b) Classificação e composição por prazo de vencimento

	2014			2013	
	Até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 5 anos	Valor de mercado	Valor de mercado
<b>Títulos para negociação</b>					
<b>Carteira própria</b>	<b>1.046</b>	<b>621</b>	-	<b>1.667</b>	<b>293</b>
Ações de companhias abertas	-	-	-	-	293
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	1.046	621	-	1.667	-
<b>Vinculados à prestação de garantias na BM&amp;FBovespa</b>	<b>7.694</b>	<b>1.883</b>	<b>1.275</b>	<b>10.852</b>	<b>10.937</b>
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	7.694	1.883	1.275	10.852	10.937
<b>Total</b>	<b>8.740</b>	<b>2.504</b>	<b>1.275</b>	<b>12.519</b>	<b>11.230</b>

Os títulos classificados na categoria para negociação são apresentados no balanço patrimonial como ativo circulante.

## 9. NEGOCIAÇÃO E INTERMEDIAÇÃO DE VALORES

Os saldos classificados em negociação e intermediação de valores no ativo e no passivo são compostos por operações com valores mobiliários por conta de clientes, a liquidar, conforme segue:

	2014		2013	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Caixas de registro e liquidação	28.255	-	-	(22.887)
Devedores (credores) -				
Conta liquidações pendentes	12.660	(40.165)	49.875	(26.187)
<b>Total</b>	<b>40.915</b>	<b>(40.165)</b>	<b>49.875</b>	<b>(49.074)</b>

## 10. OUTROS CRÉDITOS - DIVERSOS

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, o saldo está composto por:

	2014	2013
Valores a receber de sociedades ligadas (nota 14 (b))	19.563	16.593
Impostos e contribuições a compensar	5.248	4.588
Devedores diversos - país	1.071	398
Pagamentos a ressarcir	-	586
<b>Total</b>	<b>25.882</b>	<b>22.165</b>

## 11. OUTRAS OBRIGAÇÕES

### (a) Fiscais e Previdenciárias

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, o saldo está composto por:

	2014	2013
Impostos e contribuições sobre lucros a pagar	2.006	126
Impostos e contribuições sobre serviços de terceiros a recolher	1.163	1.034
Impostos e contribuições sobre salários a recolher	1.065	1.080
<b>Total</b>	<b>4.234</b>	<b>2.240</b>

### (b) Diversas

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, o saldo é composto por:

	2014	2013
Valores a pagar sociedades ligadas (nota 14 (b))	31.861	33.154
Provisão para despesas pessoais	23.745	25.397
Provisão para outras despesas administrativas	8.908	6.073
Credores diversos - país	895	220
<b>Total</b>	<b>65.409</b>	<b>64.844</b>

## 12. IMPOSTO DE RENDA, CONTRIBUIÇÃO SOCIAL E CRÉDITO TRIBUTÁRIO

Os impostos e contribuições a recolher são demonstrados como segue:

	2014		2013	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL

	2014	2013
<b>Resultado antes do imposto de renda e contribuição social</b>	<b>11.940</b>	<b>8.124</b>
Imposto de renda (25%) e contribuição social (15%) à alíquota vigente	2.985	1.790
Diferenças temporárias sem registro de crédito tributário	1.916	1.150
Diferenças permanentes	186	126
(Constituição)/compensação de prejuízo fiscal - não registrado contabilmente	-	-
(Constituição)/compensação de base negativa de CSLL - não registrado contabilmente	-	-
<b>Imposto de renda e contribuição social do exercício</b>	<b>5.087</b>	<b>(3.701)</b>

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social relativos a diferenças temporárias, nos montantes de R\$ 7.514 (2013 - R\$ 5.650) e R\$ 4.508 (2013 - R\$ 3.390), respectivamente, em 31 de dezembro de 2014 não foram registrados contabilmente, os quais serão quando apresentarem efetivas perspectivas de realização e atendidos todos os requisitos estabelecidos pelas autoridades monetárias.

## 13. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

### (a) Capital social

O capital social totalmente subscrito e integralizado é representado, em 31 de dezembro de 2014, por 176.000.000 (2013 - 176.000.000) de ações ordinárias nominativas sem valor nominal ao preço unitário de R\$ 1 (hum real) cada ação, em conformidade com a regulamentação aplicável.

### (b) Reservas e retenção de lucros

Nos termos do artigo 193, da Lei nº 6.404/76, do lucro líquido do exercício, 5% (cinco por cento) serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá de 20% (vinte por cento) do capital social. Ainda, nos termos do parágrafo segundo do referido artigo, a reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital.

### (c) Reserva de capital

A Resolução CMN nº 3.989, de 30 de junho de 2011, alterou a partir de 1º de janeiro de 2012 a prática contábil relativa ao registro de benefícios pagos em ações (nota 15 (b)). De acordo com o disposto na referida Resolução, as instituições financeiras e as demais instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN devem observar os critérios e condições estabelecidas pelo Pronunciamento Técnico CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações, aprovado pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) em 03 de dezembro de 2010, na mensuração, reconhecimento e divulgação das transações com pagamento baseado em ações.

## 14. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

### (a) Remuneração de pessoas-chave da administração

Foram considerados pessoas-chave da administração os membros do Comitê Executivo e/ou diretores estatutários que não fazem parte desse comitê.

	2014	2013
Benefícios	7.225	6.858
Salários	2.056	1.926
Encargos sobre folha	3.128	2.960
Plano de previdência privada	33	31

Benefícios referem-se, principalmente, a férias, décimo terceiro salário, participação sobre o lucro, gratificações e pagamento baseado em ações.

### (b) Outras transações com partes relacionadas

As transações realizadas entre a Corretora e partes relacionadas em conformidade com as normas estabelecidas pelo BACEN com controladores diretos e indiretos (1), entidades com controle conjunto ou influência significativa (2), controladas (3), coligadas (4), pessoas-chave da administração (5), e com outras partes relacionadas (6) estão representadas por:

	2014		2013	
	Ativo (Passivo)	Receita (Despesa)	Ativo (Passivo)	Receita (Despesa)
<b>Aplicações interfinanceiras de liquidez - Operações no mercado aberto</b>	<b>29.313</b>	<b>3.415</b>	<b>43.916</b>	<b>4.116</b>
Goldman Sachs do Brasil				
Banco Múltiplo S.A. (1)	29.313	3.415	43.916	4.116
<b>Aplicações interfinanceiras de liquidez - Depósitos interfinanceiros</b>	<b>173.200</b>	<b>16.627</b>	<b>157.449</b>	<b>7.427</b>
Goldman Sachs do Brasil				
Banco Múltiplo S.A. (1)	173.200	16.627	157.449	7.427
<b>Outros créditos</b>	<b>19.563</b>	<b>57.692</b>	<b>16.593</b>	<b>52.635</b>
Goldman Sachs International (4)	16.059	57.692	13.635	49.819
Goldman, Sachs & Co. (4)	215	-	106	2.816
Goldman Sachs do Brasil				
Banco Múltiplo S.A. (1)	3.282	-	2.852	-
OOO Goldman Sachs (4)	4	-	-	-
Goldman Sachs (Singapore) Pte. (4)	3	-	-	-
<b>Valores a receber por negociação e intermediação de valores</b>	<b>286</b>	<b>11.113</b>	<b>531</b>	<b>15.346</b>
Goldman Sachs International (4)	6	9.901	108	11.103
Goldman, Sachs & Co. (4)	-	290	-	970
Goldman Sachs do Brasil Banco Múltiplo S.A. (1)	276	641	419	765
Sphere Fundo de Investimento Multimercado Investimento no Exterior Crédito Privado (6)	4	281	4	2.508
<b>Outros valores a pagar (i)</b>	<b>(31.861)</b>	<b>(27.258)</b>	<b>(33.154)</b>	<b>(24.706)</b>
Goldman, Sachs & Co. (4)	(1.708)	-	(1.466)	-
Goldman Sachs do Brasil				
Banco Múltiplo S.A. (1)	(7.311)	(27.258)	(14.716)	(24.706)
The Goldman Sachs Group, Inc. (1)	(22.836)	-	(16.971)	-
Goldman Sachs Property Management (4)	(6)	-	(1)	-
<b>Capital social</b>	<b>(176.000)</b>	-	<b>(176.000)</b>	-
Goldman Sachs do Brasil				
Banco Múltiplo S.A. (1)	(176.000)	-	(176.000)	-

(i) Outros valores a pagar referem-se a reembolsos de despesas junto a partes relacionadas, principalmente, o repagamento do plano de incentivo de ações (RSU).

As transações entre partes relacionadas foram contratadas em termos equivalentes aos que prevalecem em transações entre partes independentes, considerando-se prazos e taxas médias usuais de mercado e a ausência de risco, vigente nas respectivas datas.

## 15. PLANO DE PREVIDÊNCIA PRIVADA E DE INCENTIVO DE AÇÕES

### (a) Plano de previdência privada

A Corretora oferece a todos os funcionários um plano de previdência privada PGBL (Plano Gerador de Benefícios Livre) na modalidade de contribuição definida.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2014, a Corretora contribuiu com R\$ 717 (2013 - R\$ 748) para o fundo de previdência, dos quais R\$ 33 (2013 - R\$ 31) referem-se às contribuições relativas às pessoas-chave da administração, conforme nota 14 (a).

### (b) Plano de incentivo de ações

The Goldman Sachs Group, Inc. empresa controladora indireta da Corretora, patrocinadora do plano de pagamento em ações, Plano de Incentivo de Ações da The Goldman Sachs Group, Inc. (SIP), que prevê, entre outras alternativas, concessões de opções de ações de incentivo e unidades de ações restritas (RSUs).

A prestação de serviço do empregado em contrapartida ao prêmio de ações geralmente é mensurada com base no valor justo da data da outorga do prêmio. Prêmios de ações que não requerem prestação de serviços futuros são reconhecidos como despesa (ex., prêmios adquiridos, incluindo prêmios concedidos a ex-empregados elegíveis). Prêmios de ações que requerem prestação de serviços futuros são amortizados no decorrer do período do serviço prestado. As prescrições previstas são incluídas na determinação da despesa de pagamento de ações a empregados. A Corretora paga dividendos equivalentes em dinheiro sobre o saldo das RSUs.

### (b.1) Unidades de ações restritas

A empresa controladora indireta emite RSUs para os empregados da Corretora de acordo com o SIP, principalmente em conexão com o conceito de remuneração total anual. RSUs são avaliadas com base no preço de fechamento das ações na data da outorga levando em consideração um desconto de liquidez de quaisquer restrições aplicáveis pós-aquisição de transferência. RSUs geralmente adquirem direito e são entregues tal como descrito no acordo de RSU, prevendo outorga acelerada em determinadas circunstâncias, tais como, rescisão, morte ou ausência prolongada. A entrega das ações ordinárias está condicionada à aquisição de direito dos beneficiários que preencham os requisitos definidos no plano de incentivos.

As RSUs são emitidas em dólar americano e convertidas para reais pela taxa PTAX de venda divulgada pelo BACEN para 31 de dezembro de 2014 e de 2013.

A movimentação das RSUs para 31 de dezembro de 2014 e de 2013 está demonstrada a seguir:

	2014		2013	
	Requer serviço futuro (Unvested)	Não requer serviço futuro (Vested)	Requer serviço futuro (Unvested)	Não requer serviço futuro (Vested)
<b>Movimentação pela quantidade de ações</b>				
<b>Saldo no final do exercício anterior</b>	<b>42.043</b>	<b>20.995</b>	<b>41.176</b>	<b>16.001</b>
Outorgada (1)(2) (granted)	13.390	6.720	15.028	9.775
Prescrita (forfeited)	(80)	(39)	(687)	(48)
Entregue (3) (delivered)	-	(22.350)	-	(18.212)
Adquirida por direito (2) (vested)	(22.801)	22.801	(13.479)	13.479
Transferida entrada/saída (transfers)	(949)	-	5	-
<b>Saldo ao final do exercício</b>	<b>31.603</b>	<b>28.127</b>	<b>42.043</b>	<b>20.995</b>
<b>Movimentação pela média ponderada</b>				
<b>Saldo no final do exercício anterior *</b>	<b>274</b>	<b>283</b>	<b>225</b>	<b>259</b>
Outorgada (1)(2) (granted)	422	404	286	284
Prescrita (forfeited)	405	307	264	271
Entregue (3) (delivered)	-	296	-	268
Adquirida por direito (2) (vested)	282	282</		

Goldman Sachs

**GOLDMAN SACHS DO BRASIL C.T.V.M. S.A.**Rua Leopoldo Couto de Magalhães Jr., nº 700, 16º andar - parte e 18º andar - parte, CEP: 04542-000  
CNPJ 09.605.581/0001-60

\* continuação

**DIRETORIA**C Douglas Fuge  
Kathia Aparecida AutuoriDiretor-Presidente: **André Laport Ribeiro**Gersoni Analla Fernandes Montes Munhoz  
Sílvia Regina Valente**CONTADORA**Tatiana L. M. Navarro Baldivieso  
CRC 1SP240271/O-7**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES**

Aos Administradores e Acionistas

**Goldman Sachs do Brasil Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.**

Examinamos as demonstrações financeiras da Goldman Sachs do Brasil Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício e semestre findos nessa data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

**Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras**

A Administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

**Responsabilidade dos auditores independentes**

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações

financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações financeiras da Instituição para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Opinião**

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Goldman Sachs do Brasil Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício e semestre findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

São Paulo, 26 de fevereiro de 2015.



**PricewaterhouseCoopers**  
Auditores Independentes  
CRC 2SP000160/O-5

**Luís Carlos Matias Ramos**  
Contador CRC 1SP171564/O-1